

INTERVENÇÃO DA COMUNIDADE INTERNACIONAL EM AJUDA AO GOVERNO PARA O FIM DAS HOSTILIDADES MILITARES NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO. BENEFÍCIOS E RISCOS PARA MOÇAMBIQUE

Data de submissão: 24/10/2024

Data de aceite: 02/01/2025

Eugénia Maria da Isabel Meque Mahota

Nelta Natália Cardoso Lapone

RESUMO: O presente artigo tem como objecto de estudo a intervenção da comunidade internacional em apoio ao país com vista a terminar o conflito militar na província moçambicana de Cabo Delgado, que se arrasta desde 5 de Outubro de 2017. O conflito teve como causas a conjugação dos factores abundância de recursos naturais com a pobreza notória da população da província, com as desigualdades sociais no seio da população, a exclusão étnica, marginalização e a falta de oportunidades de emprego para os jovens, assim como a radicalização islâmica das camadas mais vulneráveis da população de Cabo Delgado. A morte de pessoas, destruição de infraestruturas e bens públicos e privados, deslocação das populações das suas zonas de origem com todos os problemas logísticos, sociais, económicos, de saúde, entre outros, que isso levanta; absorção significativa do orçamento do Estado para fazer face aos esforços da guerra; exiguidade de fundos para outros sectores;

privação da paz; problemas de soberania e paralisação do projecto de liquefação de gás natural onshore, isto é, no continente são as principais, mas não únicas consequências do terrorismo. A comunidade internacional respondeu positivamente ao pedido de apoio feito pelo Governo Moçambicano para pôr fim ao conflito armado. Os benefícios desta ajuda a moçambique são inestimáveis. Libertação dos centros urbanos que se encontravam ocupados pelos terroristas como são, entre outros, os casos de Palma e de Mocimboa da Praia; repôr a autoridade do Estado nesses centros urbanos; evitar o assassinato de mais membros das comunidades desses centros urbanos; a reconstrução das infraestruturas públicas e privadas; o retorno das populações deslocadas às suas zonas de origem e o reinício da sua vida “normal”; a reabertura das vias de acesso e o reinício de actividades económicas. Isto por um lado. Por outro lado, a ajuda da comunidade internacional permitiu, igualmente, a capacitação das Forças de Defesa e Segurança Moçambicanas. Para além dos benefícios supramencionados a ajuda também coloca riscos ao país. A presença no país de significativos contingentes militares combatendo e controlando áreas

territoriais nacionais pode pôr em causa a questão da soberania nacional, que ocorre quando um país apresenta total controle, domínio e poderio dentro da linha limítrofe do seu território. Ademais, a presença no país desses contingentes militares estrangeiros levanta questões sensíveis de segurança do próprio Estado Moçambicano, na medida em que os segredos militares nacionais e não só, ficam expostos. O estudo concluiu que em termos de soluções possíveis para o conflito, a via militar por si só não está a dar garantias para o término das hostilidades e não permite visualizar um horizonte temporal em que isso possa acontecer. Apesar disso é dever do Governo defender a sua população, enquanto os terroristas continuarem a atacar. A via negocial, isto é, do diálogo é uma opção, apesar do desafio da identificação dos interlocutores válidos para negociar o fim do conflito. A via diplomática no sentido de Moçambique obter no concerto das nações e em outras organizações internacionais relevantes, o apoio necessário para a sua aproximação e contacto com os interlocutores válidos também é de considerar. Portanto, a solução do conflito passa necessariamente pela conjugação de todas estas opções.

PALAVRAS-CHAVE: Hostilidades militares, Intervenção, Benefícios, riscos, ajuda

ABSTRACT: The object of this article is to study the intervention of the international community in support of the country with a view to ending the military conflict in the Mozambican province of Cabo Delgado, which has been going on since October 5, 2017. The conflict was caused by a combination of factors abundance of natural resources with the notorious poverty of the province's population, with social inequalities within the population, ethnic exclusion, marginalization and the lack of employment opportunities for young people, as well as the Islamic radicalization of the most vulnerable sections of the population of Cabo Delgado. The death of people, destruction of infrastructure and public and private assets, displacement of populations from their areas of origin with all the logistical, social, economic, health problems, among others, that this raises; significant absorption of the state budget to face war efforts; lack of funds for other sectors; deprivation of peace; sovereignty problems and the stoppage of the onshore natural gas liquefaction project, that is, on the continent, are the main, but not the only, consequences of terrorism. The international community responded positively to the request for support made by the Mozambican Government to put an end to the armed conflict. The benefits of this aid to Mozambique are invaluable. Liberation of urban centers that were occupied by terrorists such as, among others, the cases of Palma and Mocímboa da Praia; restore State authority in these urban centers; prevent the murder of more members of the communities in these urban centers; the reconstruction of public and private infrastructures; the return of displaced populations to their areas of origin and the resumption of their "normal" lives; the reopening of access roads and the resumption of economic activities. This on the one hand. On the other hand, help from the international community also enabled the training of the Mozambican Defense and Security Forces. In addition to the benefits mentioned above, aid also poses risks to the country. The presence in the country of significant military contingents fighting and controlling national territorial areas can call into question the issue of national sovereignty, which occurs when a country has total control, dominance and power within the boundary line of its territory. Furthermore, the presence in the country of these foreign military contingents raises sensitive security issues for the Mozambican State itself, as national and other military secrets are exposed. The study concluded that in terms of possible solutions

to the conflict, the military route alone does not provide guarantees for the end of hostilities and does not allow us to visualize a time horizon in which this could happen. Despite this, it is the Government's duty to defend its population, as long as terrorists continue to attack. The negotiating route, that is, dialogue, is an option, despite the challenge of identifying valid interlocutors to negotiate an end to the conflict. The diplomatic route for Mozambique to obtain, in the concert of nations and other relevant international organizations, the necessary support for its approach and contact with valid interlocutors is also worth considering. Therefore, the solution to the conflict necessarily involves combining all these options.

KEYWORDS: Military hostilities, Intervention, Benefits, risks, aid

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca compreender o papel da intervenção da comunidade internacional no seu apoio ao país com vista a terminar o conflito militar na província moçambicana de Cabo Delgado, que se arrasta desde 5 de Outubro de 2017, com o ataque ao distrito de Mocimboa da Praia. Particular destaque deste estudo vai para as questões de benefícios que Moçambique pode ter desse apoio, mas também dos desafios e riscos que tal facto pode colocar ao país.

Parece ser legítimo e indispensável para este estudo recordar que no início do conflito, as autoridades moçambicanas através dos meios de comunicação social anunciaram que o combate aos insurgentes, termo que era usado na altura para designar os terroristas, termo mais usado agora (“particularmente a partir de Março de 2021 quando o Departamento de Estado dos Estados Unidos da América designou o grupo Ahlu Sunna Wal Jammah que opera em Cabo Delgado como uma franquia do Estado Islâmico e acrescentou-o à sua lista de organizações terroristas estrangeiras”) era da inteira e exclusiva responsabilidade das Forças de Defesa e Segurança de Moçambique. Essa pretensão era compreensível e, quiçá, óbvia devido às questões de segurança e de soberania do país.

Com efeito, o n.º 1 do artigo 8 da Lei n.º 12/2019 de 23 Setembro, Lei da Política de Defesa e Segurança, estabelece que “A componente militar da Defesa Nacional é assegurada pelas Forças Armadas de Defesa de Moçambique e não militar, pelos demais órgãos do Estado.” A alínea c) do artigo 2 da mesma lei diz que “monopólio legítimo do estado sobre os meios de cooperação, para fazer valer a defesa nacional, a lei e a ordem estabelecidas democraticamente.

A “soberania nacional ocorre quando um país apresenta total controle, domínio e poderio dentro da linha limítrofe do seu território. Assim, a soberania remete às nações que são verdadeiramente independentes e não estão sob a influência ou sendo comandadas direta ou indiretamente por outros Estados. As organizações que prezam pelo Estado soberano são divididas de acordo com cada função e apresentam-se a partir de instituições e órgãos para a sua aplicação. *Um dos sectores mais importantes neste sentido são as*

Forças Armadas.”¹

Parece ser, igualmente, legítimo e indispensável admitir que o pedido de apoio feito pelo Governo Moçambicano à comunidade internacional para pôr fim ao conflito armado em Cabo Delgado, deveu-se à incapacidade das Forças de Defesa e Segurança do país para levar a cabo essa nobre missão.

A comunidade internacional respondeu positivamente ao pedido de apoio feito pelo Governo Moçambicano para pôr fim ao conflito armado.

Nesta ordem de ideias urge questionar: *Que benefícios se esperam dessa ajuda e que riscos se podem colocar ao país?*

OBJECTIVOS

Objetivo geral

- Descrever a intervenção da comunidade internacional para pôr fim às hostilidades militares em Cabo Delgado

Objectivos específicos

- Enumerar os benefícios da intervenção para Moçambique;
- Fazer um levantamento de possíveis riscos que o país pode correr decorrentes da intervenção militar directa da comunidade internacional para pôr fim às hostilidades militares; e
- Avançar possíveis soluções para o conflito.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa assenta-se no paradigma fenomenológico, numa abordagem qualitativa. Ruas (2017), “ afirma que o paradigma fenomenológico é aquele que trata da colecta, análise e processamento de dados e informação qualitativa obtida fundamentalmente através dos métodos de entrevistas, observações, grupos focados e diários . (p.94)”

A técnica usada para a recolha de dados foi a revisão bibliográfica. Contudo, para este trabalho foram usadas fontes secundárias.

CABO DELGADO PRINCIPAL PALCO DO TERRORISMO EM MOÇAMBIQUE: CONTEXTUALIZAÇÃO

A província de Cabo Delgado palco das hostilidades militares terroristas situa-se

¹ O itálico é da autora para realçar a importante da frase

no extremo norte de Moçambique e faz fronteira com a República Unida da Tanzânia no norte, a oeste com a província do Niassa e a sul com a província de Nampula. A capital da província é a cidade de Pemba. A Província de Cabo Delgado ocupa uma extensão territorial de 82 625 km² e a sua população segundo o censo populacional de 2017 era de 2 333 278 habitantes.

De acordo com ANEME (2017) “A população da província de Cabo Delgado é bastante jovem, cerca de 44% da população tem menos de 15 anos e apenas 3,4%, tem uma idade igual ou superior a 64 anos. A idade mediana da província é de 18,3 anos, significando assim, que metade da população tem idade inferior a 18 anos. Em termos de força de trabalho, observa-se que o nível da participação económica nas áreas rurais é mais elevado do que nas urbanas. Nas áreas rurais, mais de três quartos da população está economicamente ativa (80,5%) e nas urbanas 55,5%.”

A província de Cabo Delgado em termos de divisão administrativa tem 17 distritos, sendo os 16 distritos que a província já tinha, mais o distrito de Pemba, criado no ano de 2013 e que coincide em termos territoriais com o município do mesmo nome. São eles: Ancuabe, Balama, Chiúre, Ibo, Macomia, Mecúfi, Meluco, Metuge, Mocímboa da Praia, Montepuez, Mueda, Muidumbe, Namuno, Nangade, Palma, Pemba e Quissanga. A província tem 7 municípios, nomeadamente: Balama, Chiúre, Ibo, Mocímboa da Praia, Montepuez, Mueda e Pemba. A província de Cabo Delgado tem duas cidades que são Pemba e Montepuez.

Segundo Cunha (2019) “A história da província de Cabo Delgado está marcada pelo cruzamento e a mestiçagem de culturas. A área de Cabo Delgado, inserida dentro das principais rotas comerciais do mundo árabe-swahili desde o século vii, será influenciada de maneira essencial por este contacto, sobretudo a partir da costa, onde a presença islâmica é patente até hoje. Contudo, a província de Cabo Delgado tem uma importância singular para a história de Moçambique no âmbito da libertação do país, pois considera-se que a Luta Armada de Libertação Nacional levada a cabo pela FRELIMO (Frente Libertação de Moçambique) no dia 25 de Setembro 1964 se inicia em Chai, distrito de Macomia.”

Portanto a religião islâmica não surgiu naquela província com o advento do terrorismo. A radicalização islâmica das camadas vulneráveis da população de Cabo Delgado é um fenómeno novo e parece ter conexões com o terrorismo.

A província de Cabo Delgado possui um significativo potencial em recursos naturais, desde recursos florestais, faunísticos e minerais.

Este facto faz com que as actividades económicas da província sejam influenciadas ou determinadas pelas potencialidades da província. Com efeito, Cunha (2019) diz que “A sua população tem como principais actividades económicas a agricultura familiar, a pecuária, a pesca artesanal, o comércio e a exploração florestal. Estima-se que a população economicamente activa corresponda aproximadamente a 44,1 % da população total sendo que as actividades ligadas à agricultura, silvicultura, pescas e extracção mineira, absorvem

pelo menos 87,4 % das pessoas deste universo. A principal base económica da população de Cabo Delgado é a agricultura, praticada, fundamentalmente, em moldes tradicionais.”

No entanto, o acesso e usufruto desses recursos por parte da população têm gerado conflitos. As populações têm reclamado pelas expropriações das suas terras para dar lugar à implementação de projectos de mineração e extracção de hidrocarbonetos, entre outros, uma vez que esses projectos, pela sua natureza, não são geradores de postos de trabalho para absorver parte significativa da população.

Cunha(2019) diz que, Constata-se que grande parte do Norte de Cabo Delgado (e do Norte de Moçambique em geral) constitui uma região fortemente marcada pela privação. [Há uma] forte concentração de analfabetismo nesta região, inclusive nas zonas de maior penetração de investimento, comprometendo, desta forma, o aproveitamento das oportunidades de emprego surgidas. A província de Cabo Delgado possui apenas 7 estabelecimentos de ensino técnico-profissional (nível básico e médio), sendo que não existe qualquer escola técnico-profissional no distrito de Palma. Se considerarmos o rácio de médico por cada 1000 habitantes [...], constatamos, da mesma forma, um grande contraste, não só entre centros urbanos (particularmente a cidade de Maputo) com zonas rurais, mas também entre o Norte e o Sul do País, estando vários distritos do Norte de Cabo Delgado bastante desfavorecidos no acesso a assistência médica.

Pelos seus recursos minerais a província de Cabo Delgado passou a ser uma referência além fronteiras. Para além das significativas reservas de gás natural de que é detentor, possui jazigo de pedras preciosas com destaque para o rubi. Segundo Valoi (2016) o jazigo de rubis de Namanhumbir foi descoberto por um camponês em 2009 e a descoberta foi designada pelo Instituto de Gemologia dos Estados Unidos da América, como a maior descoberta de rubis do século XXI, porque as gemas são de uma qualidade excepcional. Presume-se que a concessão de Montepuez seja responsável por 40% do fornecimento mundial de rubis.

O Diário Económico de 8 de Junho de 2023, diz que o maior rubi de sempre e de origem moçambicana foi a leilão nesta data em Nova Iorque. Esse rubi pesa 55,22 quilates e foi baptizado com o nome de Estrela Fura e foi extraído em Junho de 2022 pela mineradora canadiana Fura Gems, que explora rubis no distrito de Montepuez.

Valoi (2016) diz que “Mas o que de facto tem acontecido em Montepuez, paralelamente à exploração oficial de pedras preciosas, e após a usurpação de terra dos camponês, foi uma escalada de violência e brutalidade com relatos de execuções de alegados garimpeiros ilegais, a tiro ou simplesmente enterrados vivos.

Segundo cunha(2019), em Cabo Delgado, a exploração dos rubis iniciou-se em 2011 com a criação da empresa Montepuez Ruby Mining, Ltda., resultante da parceria entre a moçambicana Mwiriti Ltda. e a multinacional britânica Gemfields (Hsu, Lucas e Pardieu, 2014). Syrah Resources realiza a exploração de grafite no distrito de Balama, e GK Graphite Mine e Grafex, Ltda., no de Ancuabe; além disso, Suni Resources S. A. está

estudando realizar explorações no distrito de Montepuez .

Ainda, Cunha (2019) cita Feijó e Maguanzi, (2019) dizendo que “ a província de Cabo Delgado apresenta um perfil de empobrecimento e de falta de acesso a recursos e bens essenciais a uma vida com dignidade e respeito. Além disso, em comparação com outras regiões do país, onde não existem tantas riquezas naturais, está, claramente em desvantagem.”

CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E POSSÍVEIS SOLUÇÕES DO TERRORISMO EM CABO DELGADO

Moçambique tem um longo e considerável historial de guerras. É nesse contexto que Ngoenha (2021) diz que: “Moçambique nasce da guerra e boa parte da sua história e das suas energias consome-se em guerras: a guerra de libertação, as invasões da Rodésia de Ian Smith, as incursões do Apartheid da RSA de Peter Botha, a guerra dos 16 anos, o conflito armado no centro do País de 2013 a 2016, os conflitos político-partidários nos períodos eleitorais e, actualmente, os ataques de Nhongo no Centro e a guerra em Cabo Delgado no Norte.

Foi em Cabo Delgado segundo Guerra (1994) que “Em finais de Agosto de 1964, dissidentes da FRELIMO pertencentes a uma das suas componentes, a MANU, constituída com base tribal nos Macondes, abriram as hostilidades assaltando a missão de Nangololo, em Cabo Delgado. O grupo, comandado por Lucas Fernandes, foi de pronto neutralizado. Mas a 25 de Setembro de 1964 foi a vez da FRELIMO proclamar: «Operários e camponeses, trabalhadores das minas, dos caminhos de ferro, dos portos e das fábricas, intelectuais, funcionários, soldados moçambicanos no Exército português, estudantes, homens, mulheres e jovens, patriotas, em vosso nome, neste dia, a FRELIMO proclama solenemente a insurreição geral armada do povo de Moçambique contra o colonialismo português e pela conquista da independência total de Moçambique». Nesse dia, unidades de guerrilha da FRELIMO atacaram, em simultâneo, os postos administrativos do Chai, em Cabo Delgado, e do Cobué, no Niassa. (p.266)”

Em relação à actual guerra em Cabo Delgado muito se tem dito sobre as causas do conflito. Entre as causas que são apontadas, parece existir um denominador comum, que é aquele que diz que o conflito tem causas internas. Essas causas endógenas apontadas são a pobreza, desigualdades, marginalização e exclusão étnica, falta de oportunidades de emprego, a maldição dos recursos naturais de que a província é rica e a radicalização religiosa, para o caso em apreço a radicalização islâmica.

Lopes (2019) refere-se ao conceito da radicalização nos seguintes termos: “Segundo o Grupo de Peritos da Comissão Europeia sobre a Radicalização Violenta, “uns autores encaram a radicalização como um processo que envolve comportamentos violentos específicos; outros classificam-na como a mera aceitação de determinadas

ideias para justificar o uso da violência. (...) Para alguns, o processo é individual, para outros é coletivo” (apud Bakker, 2015, p. 284). A literatura aborda o fenómeno sob duas perspectivas: ou foca-se (1) num conceito específico, na radicalização violenta ou (2) numa visão mais abrangente, que se traduz na procura pela violência a fim de alcançar mudanças de larga escala na sociedade (Veldhuis e Staun, 2009, p. 4). Apesar das divergências, a generalidade dos académicos tende a definir a radicalização como um processo gradual que envolve a adesão a um sistema de valores extremista o qual pavimenta o caminho para o uso da violência que pode degenerar na perpetração de um acto terrorista (Veldhuis e Staun, 2009).”

É nesse contexto que o IESE considera que: “A exploração e mobilização das tensões existentes localmente permitiu ao grupo construir uma narrativa anti-Governo, anti-FRELIMO e recrutar elementos, particularmente jovens, não só nos distritos de Cabo Delgado, como também nos distritos costeiros de Nampula e em alguns distritos do Niassa próximos da fronteira com a Tanzânia.”

Contudo, as causas internas para o conflito que são apontadas por vários estudos serão mesmo as verdadeiras causas para um conflito tão sangrento? Se tomarmos em linha de conta, nesta discussão, de que a província de Cabo Delgado não é a pior província moçambicana em termos de incidência da pobreza, então deveríamos voltar a nos interrogar sobre as reais causas da escolha da província para os actos terroristas e de desestabilização.

Com efeito, Castigo, Salvucci(2017)no seu estudo baseado nos dados do Inquérito sobre Orçamento Familiar (IOF 2014/15) constataram que “ A incidência da pobreza é caracterizada por grandes disparidades entre as regiões e as províncias, sendo que a pobreza é predominantemente rural, afectando a metade da população rural 50.1% e 37.4% da população urbana. *As províncias mais afectadas são a província de Niassa, Nampula e Zambézia.*² As menos afectadas são a Cidade de Maputo, a Província de Maputo e a província de Tete.”

Ngoenha (2021) considera que “As discussões actuais focalizam-se em três níveis de problemas para explicar o surgimento da guerra na província nortenha de Moçambique. O primeiro nível é de carácter religioso. O segundo nível está ligado ao primeiro e são as fracas políticas sociais. O terceiro nível, e o de maior previsibilidade, é a descoberta de recursos naturais. A ideia da maldição de recursos não é anedótica. A Universidade de Uppsala, o maior centro de estudos de questões de guerra, no mapa que faz sobre as guerras no mundo, demonstra duas coisas fundamentais: primeiro, que as zonas de maior quantidade de recursos naturais são também as zonas com maiores conflitos no planeta; segundo, que essas zonas se encontram maioritariamente em África.

Entre as causas internas do conflito em Cabo Delgado está também o fracasso das Forças de Defesa e Segurança nacionais na prevenção do conflito.

² O itálico é da autora pela relevância da frase neste trabalho

Todos os problemas que foram colocados para explicar as causas da guerra terrorista em Cabo Delgado têm o seu valor. No entanto, parece-me haver, de certa forma, alguma tendência de se centralizar a questão dos motivos da guerra, nas causas internas, particularmente na pobreza ou nos fenómenos que se consideram remeterem as pessoas à pobreza.

Tendo em conta o potencial que Cabo Delgado tem em termos de hidrocarbonetos e fazendo jus às constatações da Universidade de Uppsala da Suécia, pode-se dizer que o risco de eclosão de um conflito esteve sempre iminente.

Os estudos sobre as causas do terrorismo em Cabo Delgado que a autora teve acesso no âmbito deste trabalho não explicam com clareza, como é que os jovens pobres das zonas onde o conflito eclodiu se organizaram e armaram para iniciarem as hostilidades militares. Como pobres não se lhes atribui a capacidade financeira para alimentar uma guerra musculada como se tem apresentado o conflito em Cabo Delgado nos nossos dias.

As guerras têm sempre um preço a pagar, quer do lado de quem move a guerra, quer do lado de quem se deve defender e o preço não é baixo.

A guerra em Cabo Delgado é uma realidade e isto significa que alguém a concebeu, organizou, planificou financiou (e continua a financiar), e iniciou a sua execução.

A religião islâmica está enraizada em Moçambique há bastante tempo, muito antes da independência nacional. O fenómeno da radicalização é que é novo no país. A radicalização das camadas mais vulneráveis das populações da província de Cabo Delgado, terá sido um acontecimento meramente espontâneo e aleatório? Pela magnitude que o conflito armado em Cabo Delgado atingiu, leva a crer que a radicalização islâmica das camadas mais vulneráveis da população da província de Cabo Delgado é parte integrante das acções planificadas pelos promotores e financiadores da guerra em Cabo Delgado.

Pelo *modus operandi* dos terroristas depreende-se de que a radicalização era uma componente importante e indispensável para a promoção ou pregação dos aspectos ideológicos e psicológicos para a guerra que pretendiam levar a cabo. Com efeito, as decapitações de pessoas têm um efeito psicológico forte, que torna o processo de fuga das populações das suas zonas de origem para zonas que consideram mais seguras, quase que irresistível. O abandono das populações das suas zonas de origem abriram espaço para os terroristas aí se abrigarem e difundirem a sua propaganda de criação do califado.

Se é que os promotores dessa guerra são conhecidos, parece que as suas motivações são pouco explicitadas. Partindo do princípio de que todo o comportamento humano é motivado ou se quisermos seguir Monteiro (2022) que prefere dizer que: “Os nossos comportamentos não são aleatórios nem sem sentido, a maior parte são sistemáticos e previsíveis.(p.91)” urge questionar acerca das reais motivações, dos objectivos e ganhos dos que conceberam, planificaram e financiam a guerra em Cabo Delgado. Neste contexto, não deixa de ser preocupante, particularmente para os que se esforçam em trazer alguma luz sobre o fenómeno do terrorismo em Cabo Delgado, quando são confrontados com

informações como a que se segue, publicada na Voz da América por Ramos Miguel: “Analistas dizem que as declarações do Inspector-geral do Ministério da Defesa Nacional, Víctor Muiriquele, de que persistem desafios na identificação dos financiadores da insurgência em Cabo Delgado, mostram que Moçambique ainda não reúne capacidades para fazer face ao problema e defendem a capacitação da sua inteligência.”

Ngoenha (2021) citando Rogério (2020) adverte que “Hoje o risco da guerra em Moçambique não se limita à contraposição entre as forças político- -partidárias, mas alarga-se ao Al-Shabaab, Daesh ou Estado Islâmico, coadjuvados por jovens moçambicanos na província de Cabo Delgado e com apoio externo.”

Não é confortável, se calhar nem racional, pensar que os promotores do terrorismo em Cabo Delgado foram e são movidos apenas pelo desejo de gastar dinheiro e ou assassinar pessoas. É legítimo pensar que foram, igualmente, previstos e planificadas acções a realizar, objectivos a alcançar e um retorno do investimento.

A guerra em Cabo Delgado incidiu muito sobre o distrito de Palma e distrito de Moçimboa da Praia, onde a capital distrital chegou a permanecer cerca de um ano sob ocupação dos terroristas. Terá sido uma mera coincidência ou assim constava do plano previamente traçado?

Como consequências do terrorismo em Cabo Delgado temos: mortes de pessoas, destruição de infraestruturas e bens públicos e privados, deslocação das populações das suas zonas de origem com todos os problemas logísticos, sociais, económicos, de saúde, entre outros, que isso levanta; absorção significativa do orçamento do Estado para fazer face aos esforços da guerra; exiguidade de fundos para outros sectores; privação da paz; problemas de soberania e paralisação do projecto de liquefação de gás natural onshore, isto é, no continente.

Não disponho de dados que possam viabilizar uma análise sobre possíveis retornos do investimento realizado pelos promotores do conflito em Cabo Delgado. Mas a paralisação do projecto Moçambique LNG (gás natural liquefeito, a sigla é inglesa) liderado pela Total, anunciada após ataque e ocupação de Palma, arredores do local onde já decorriam as obras das infraestruturas de liquefação do gás, afigura-se, inequivocamente, como um objectivo alcançado pelos promotores e financiadores do terrorismo.

Com efeito, a paralisação do projecto Moçambique LNG significa adiamento da entrada de mais um concorrente que iria disputar o mercado internacional de gás, aumentando a sua oferta. Uma das leis que regulam o comportamento do homo económicos é a lei da oferta e da procura, que segundo Taylor (1990) diz que “o preço aumenta na razão directa da procura e na razão inversa da oferta.(p.72)” Por outras palavras equivale dizer que com o aumento da oferta de um determinado bem ou serviço aumenta também a tendência de queda do respectivo preço, enquanto que com o aumento da procura aumenta também a tendência de subida do preço. Este facto pode, obviamente, fazer com que novos provedores de bens e serviços que já circulam no mercado global não sejam

bem vindos.

Se a premissa da paralisação do projecto Moçambique LNG de constituir um objectivo alcançado pelos promotores e financiadores do terrorismo em Cabo Delgado for exequível, então isso remete-nos para uma situação de que não se deve subestimar o peso que a abundância de hidrocarbonetos na bacia do Rovuma e as consequentes actividades de extracção, liquefação e exportação de gás natural liquefeito tem como uma das causas do terrorismo em Cabo Delgado.

Soluções possíveis do conflito. A tentativa de solução militar do conflito vem-se arrastando desde 2017. Mesmo com a entrada de tropas estrangeiras no país para combaterem a insurreição, ainda não se vislumbram sinais encorajadores do fim do conflito. Ademais, a solução militar para além de provocar perdas humanas, destruição de infraestruturas e bens, é bastante onerosa. Até aqui não se consegue prever um horizonte temporal para o seu fim. Portanto é uma solução que levanta sérias questões de sustentabilidade económica e financeira. No entanto, enquanto o conflito persistir, o Governo terá sempre a obrigação e o dever de proteger a população moçambicana.

A solução negocial, isto é, por via do diálogo, que já produziu resultados positivos em outras ocasiões, como são os casos da guerra dos 16 anos com a Renamo e outros conflitos com a mesma organização, pode ser uma alternativa. No entanto, esta via coloca o seguinte desafio: identificação dos interlocutores válidos para a solução do conflito. Até aqui as autoridades moçambicanas têm referido que têm dificuldades em identificar os promotores e financiadores da guerra em Cabo Delgado.

Assim, a via diplomática é também de considerar. Via diplomática no sentido de Moçambique obter no concerto das nações e em outras organizações internacionais relevantes, o apoio necessário para a sua aproximação e contacto com os interlocutores válidos do conflito.

O PAPEL DA COMUNIDADE INTERNACIONAL: POTENCIAIS BENEFÍCIOS E RISCOS PARA MOÇAMBIQUE

O conceito de comunidade internacional encerra certa complexidade. Com efeito, “Denomina-se comunidade internacional a associação entre os vários países. **O principal objetivo dessa associação é a resposta de um conjunto de países a determinadas situações, como ataques terroristas** e decisões políticas de outras nações³. O termo pode ser considerado vago e é usado em diversas situações.”

É neste contexto que Ago (2008) considera que “A característica que mais marcadamente a diferencia consiste no fato de que o indivíduo, o ser humano como tal, não está entre seus membros. A Comunidade internacional não é uma sociedade humana universal que tenha como membros primários a totalidade dos indivíduos que vivem sobre

³ O negrito é da autora pela relevância da passagem neste trabalho

o planeta. Os membros primários da Comunidade internacional não são entidades físicas, mas entidades “políticas.”

Os Estados, enquanto aparelhos institucionais soberanos criados pelas diferentes coletividades estatais ou nacionais, não são, na verdade, os únicos componentes primários da Comunidade internacional. Geralmente é reconhecido que esta Comunidade considera também, como seus membros primários, sujeitos não-estatais ou não propriamente estatais. É o exemplo da Santa Sé, aparelho institucional de uma coletividade humana não-estatal e não-territorial. As diferenças substanciais que distinguem de modo evidente este aparelho daqueles estatais não impedem de constatar que ele é, todavia, muito próximo destes últimos devido ao fato de ser “soberano.”

Na região austral de África, onde Moçambique se situa existe uma organização que se enquadra na comunidade internacional que é a SADC. A SADC (sigla inglesa – Southern African Development Community) ou seja, Comunidade de Desenvolvimento da África Austral foi criada em 1992 e tem a sua sede na cidade de Gaborone no Botswana. A SADC prossegue os seguintes objectivos: Estimular o comércio de produtos e serviços entre os países membros; diminuir a pobreza da população de todos os países membros e melhorar a qualidade da sua vida; maximizar o uso dos recursos naturais da região; promover o crescimento sustentável dos países do bloco; promover a paz e bons relacionamentos políticos na região, actuando para evitar conflitos e guerras; cooperação socioeconómica e política na região; buscar soluções em comum para os principais desafios da região; e redução e unificação das tarifas alfandegárias e taxas de importação e exportação nas relações comerciais entre os países membros.

São membros da SADC os seguintes países: África do Sul, Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, eSwatini, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábwe.

No âmbito do conflito em Cabo Delgado a SADC aprovou a SAMIM, a sua missão militar de manutenção da paz regional, no dia 23 de Junho de 2021 em Maputo, numa Cimeira Extraordinária dos Chefes de Estado e de Governo dos respectivos países. A SAMIM intervém militarmente no combate aos terroristas. Para além da SAMIM, o Ruanda tem um contingente que também participa militarmente no combate aos terroristas

A União Europeia não participa militarmente no conflito, mas aprovou uma missão, a EUTM (European Union Training Mission – sigla inglesa) ou seja, Missão de Treinamento da União Europeia com sede em Maputo, que foi lançada em Novembro de 2021 com o objectivo de ajudar Moçambique no combate ao terrorismo nas vertentes de apoio financeiro, equipamentos e materiais não letais e treinamento de unidades militares moçambicanas.

Os Estados Unidos da América anunciaram um pacote de apoio a moçambique para o combate ao terrorismo constituído por material não letal e treinamento de soldados moçambicanos. Não inclui uma intervenção militar directa.

Existem outros países como o Reino Unido da Inglaterra que também anunciaram

apoios a Moçambique no combate ao terrorismo, cujos pacotes se circunscrevem a materiais e equipamentos não letais.

Os benefícios desta ajuda a moçambique são inestimáveis. Permitiu a libertação dos centros urbanos que se encontravam ocupados pelos terroristas como são, entre outros, os casos de Palma e de Mocímboa da Praia; repôr a autoridade do Estado nesses centros urbanos; evitar o assassinato de mais membros das comunidades desses centros urbanos; a reconstrução das infraestruturas públicas e privadas; o retorno das populações deslocadas às suas zonas de origem e o reinício da sua vida “normal”; a reabertura das vias de acesso; o reinício de actividades económicas e, de forma geral, permitiu trazer algum controlo sobre o fenómeno do terrorismo naquela parcela do país, isto por um lado. Por outro lado, a ajuda da comunidade internacional permitiu, igualmente, a capacitação das Forças de Defesa e Segurança Moçambicanas, um aspecto bastante importante nesta fase que o país atravessa.

No entanto, a ajuda militar directa da comunidade internacional ao Governo Moçambicano com vista a pôr fim às hostilidades militares em Cabo Delgado, para além dos inestimáveis benefícios que está trazendo ao país, pode também colocar riscos ao país. A presença no país de significativos contingentes militares combatendo e controlando áreas territoriais nacionais pode pôr em causa a questão da soberania nacional, que ocorre quando um país apresenta total controle, domínio e poderio dentro da linha limítrofe do seu território. Ademais, a presença no país desses contingentes militares estrangeiros levanta questões sensíveis de segurança do próprio Estado Moçambicano, na medida em que os segredos militares nacionais e não só, ficam expostos. É normal no seio das unidades militares existirem elementos ligados aos serviços de inteligência, que neste cenário não perderiam a oportunidade de mapearem a constituição do exército moçambicano, seus meios bélicos, seus recursos humanos, técnicos e tecnológicos e suas estratégias de combate. Esta prática que se convencionou chamar de espionagem existe há bastante tempo.

Martins (2014) referindo-se ao fenómeno diz que “As origens da prática da espionagem remontam ao mundo antigo. Volkman (2013) pondera que desde que os seres humanos passaram a guerrear uns contra os outros, a espionagem é vital, pois envolve perguntas fundamentais como ‘o que os inimigos potenciais estão planejando fazer? quais suas habilidades? quais são os perigos? quão iminentes são esses perigos?’.

Segundo Volkman (2013), ninguém sabe ao certo e com exatidão quando a espionagem, como a conhecemos, começou, mas evidências arqueológicas antigas, do início da civilização, contêm traços de espionagem primitiva.”

A história tem demonstrado que no concerto das nações, os amigos de hoje podem ser os inimigos de amanhã. A Polónia, a título de exemplo, que outrora pertencera ao Pacto de Varsóvia, uma organização militar dos países da Europa do leste liderada pela extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, abreviadamente designada de URSS,

hoje pertence à NATO, sigla inglesa, OTAN na sigla portuguesa, que significa Organização do Tratado do Atlântico Norte, uma organização militar na altura pertencente aos países da Europa ocidental liderada pelos Estados Unidos da América. As duas organizações militares eram antagónicas. Isso significa que a Polónia, de parceira ou amiga da Rússia passou a adversária ou inimiga. A Ucrânia que já fizera parte integrante da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, hoje está em guerra com a Rússia.

CONCLUSÃO

O conflito armado em Cabo Delgado começou em 5 de Outubro de 2017 com um ataque ao distrito de Mocimboa da Praia. Cabo Delgado é uma província moçambicana rica em recursos naturais, onde se destaca a ocorrência de minerais preciosos, grafite, mármore e enormes jazigos de hidrocarbonetos. Apesar do potencial que a província tem em termos de recursos naturais e muitos deles já em fase de exploração, a pobreza na sua população é notória. Há desigualdades sociais assinaláveis, marginalização e exclusão étnica, e falta de oportunidades de emprego para os jovens.

Tomando em linha de conta os estudos da Universidade de Uppsala da Suécia, a abundância de recursos naturais em Cabo Delgado e o facto de Moçambique se situar no continente africano, o perigo de eclosão de uma guerra em Cabo Delgado esteve sempre iminente.

A conjugação dos factores abundância de recursos naturais com a pobreza notória da população da província, com as desigualdades sociais no seio da população, a exclusão étnica, marginalização e a falta de oportunidades de emprego para os jovens, assim como a radicalização islâmica das camadas mais vulneráveis da população de Cabo Delgado, pode ter tornado esse perigo iminente de eclosão de guerra em realidade.

Subsistem desafios quanto à identificação dos promotores e financiadores do conflito. Todavia, se a premissa da paralisação do projecto Moçambique LNG de constituir um objectivo alcançado pelos promotores e financiadores do terrorismo em Cabo Delgado for exequível, então poder-se-á inferir que esses promotores e financiadores do terrorismo são organizações que disputam o mercado global de produtos energéticos. Assim sendo é de inferir que essas organizações são exógenas. Neste contexto pode-se considerar que o conflito militar em Cabo Delgado tem causas endógenas e exógenas. Existem a nível internacional muitos países produtores e exportadores de produtos energéticos, como são os casos de petróleo, gás, carvão mineral, urânio, entre outros. Para os hidrocarbonetos onde pertencem o petróleo e gás, a lista dos países produtores e exportadores a nível mundial é extensa.

O terrorismo trouxe como consequências mortes de pessoas; destruição de infraestruturas e bens públicos e privados; deslocação das populações das suas zonas de origem com todos os problemas logísticos, sociais, económicos, de saúde, entre outros;

absorção significativa do orçamento do Estado para fazer face aos esforços da guerra; exiguidade de fundos para outros sectores; privação da paz; problemas de soberania e paralisação do projecto de liquefação de gás natural onshore, isto é, no continente.

Devido à incapacidade das Forças de Defesa e Segurança nacionais para combater com êxito o terrorismo, o Governo solicitou apoio da comunidade internacional para o efeito, incluindo uma intervenção militar directa. A comunidade internacional respondeu positivamente e a sua ajuda trouxe benefícios com destaque para a libertação de zonas urbanas que estavam ocupadas pelos terroristas e o gradual retorno da vida naquelas zonas à normalidade.

A ajuda militar directa da comunidade internacional para pôr fim às hostilidades militares em Cabo Delgado, para além dos benefícios que trouxe, coloca riscos ao país. A presença de significativos contingentes militares levanta questões sobre a soberania nacional, que ocorre quando um país apresenta total controle, domínio e poderio dentro da linha limítrofe do seu território.

Essa presença levanta também questões sensíveis de segurança do próprio Estado Moçambicano, na medida em que segredos militares nacionais ficam expostos a tropas estrangeiras.

O estudo concluiu que em termos de soluções possíveis para o conflito, a via militar por si só não está a dar garantias para o término das hostilidades e não permite visualizar um horizonte temporal em que isso possa acontecer. Apesar disso é dever do Governo defender a sua população, enquanto os terroristas continuarem a atacar. A via negocial, isto é, do diálogo é uma opção, apesar do desafio da identificação dos interlocutores válidos para negociar o fim do conflito. A via diplomática no sentido de Moçambique obter no concerto das nações e em outras organizações internacionais relevantes, o apoio necessário para a sua aproximação e contacto com os interlocutores válidos também é de considerar. Portanto, a solução do conflito passa necessariamente pela conjugação de todas estas opções.

REFERENCIAS

Ago,R.(2008). *Caraterísticas Gerais da Comunidade Internacionale do seu Direito*. Janeiro.

Cunha, T.(2019). *A terra onde não se come o que se produz e produz o que não se come*. Espanha.

Monteiro, A.(2022). *Torne- se um Decifrador de Pessoas*. 23ª ed. Planeta, Lisboa

Martins,A.O. (2014). *Espionagem e Soberania Nacional: Dilemas de Segurança e Defesa* no caso Brazil x EUA

Ruas, J.(2017). *Manual de metodoogia de investigação: como fazer proposta de Investgação, Monografias, Dissertações e Teses*. Maputo, Moçambique: Editora Escolar.

Ngoenha,S. & Nhuamio,A.(2021). *Cabo Delgado e o risco sitemoco da guerra em Moçambique*.

Taylor,A.(1990). *As Grantes Doutrinas Económicas*. 9ª ed. Publicações Europa América, Sintra.

Weimer,B.V. (2020). *Jihadistas e violencias estruturais em Moçambique: Reflexões sobre manifestações violentas de descontentamento local e as suas implicações para a contrução da paz*. IESE.

Lopes,J. A.(2019). *Radicalização: Conceito, Causas e Prevenção*.

Voz da América 29/7/2022. Artigo de ramos Miguel.

Aneme. (2017) Estudo de Moçambique- Provincia de Cabo Delgado.

Estácio Valoi (2/6/2016) Rubis de Sangue de Montepuez.

Diário Económico de 8/6/2023.

[Infoescola.com/política/soberania/nacional](https://infoescola.com/politica/soberania/nacional)

Wikipédia.

Lei nº 12/2019 de 23 de Setembro. Lei da Política de Defesa e Segurança